

Congresso tenta melhorar imagem

Presidentes da Câmara e do Senado procuram pontos positivos na atuação parlamentar

ARY RIBEIRO

BRASÍLIA — Num ano em que se repetiu a combinação entre a sistemática ausência de parlamentares e tentativas de produzir novos trens da alegria, o Congresso Nacional viveu em dezembro seus momentos de maior agitação: o soco que o deputado José Lourenço (PDS-BA) deu em seu colega de partido Amaral Netto (RJ), dia 6, e a

afobada sessão do esforço concentrado, segunda-feira, quando a pressa em descongestionar a pauta produziu o recorde de 14 medidas provisórias votadas em apenas uma hora.

Ainda assim, e com a incômoda imagem de uma Constituição recheada de artigos que há mais de dois anos aguardam regulamentação, os dirigentes do Congresso encerraram o ano parlamentar convencidos de ter feito todo o possível para melhorar a imagem da instituição. "Tenho a consciência do dever cumprido", declarou o presidente do Senado (e do Congresso), Néelson Carneiro

(PMDB-RJ). "A Mesa procurou colaborar para que a imagem do Senado Federal não justificasse as distorções que a imprensa e os meios de comunicação têm divulgado."

Para o presidente da Câmara, deputado Paes de Andrade (PMDB-CE), "as críticas nem sempre foram construtivas e os ataques foram muitas vezes injustos". Apesar disso, e do grande número de votos nulos e em branco nas eleições de outubro, traduzindo ao menos em parte uma censura aos políticos, ele acha que "a sociedade hoje reconhece o Congresso Nacional como depositário e porta-voz dos seus interesses."

Paes de Andrade, em seus dois anos de mandato como presidente da Câmara, protagonizou um episódio pitoresco: sua pomposa viagem à cidade natal de Mombaça (CE), na primeira vez em que assumiu interinamente a Presidência da República, como substituto constitucional de José Sarney.

Há registro de providências moralizadoras. No Senado, ao longo dos dois anos, nenhum funcionário foi admitido sem concurso — o que agora também é exigência da Constituição, aprovada por este mesmo Congresso que chega ao término do mandato.

A Câmara encerra o ano com 600 vagas não preenchidas. Os funcionários foram submetidos, nas duas Casas, a controle de ponto. Os senadores tiveram de assumir as despesas de manutenção de seus automóveis (inclusive abastecimento). Na Câmara, onde os deputados, individualmente, já não dispunham de carro, o número de veículos de representação foi reduzido de 62 para apenas 13.

Não faltaram tentativas de rompimento dessas barreiras. Agora em dezembro, foi apresentado, na Câmara, um projeto criando 63 altos cargos de direção e outro criando um Conselho de Altos Estu-

dos, que teria direito de contratar técnicos, livremente, até por um ano. Não obteve êxito.

O presidente da Câmara estabeleceu controle eletrônico de presença (embora somente às terças, quartas e quintas-feiras) e corte dos dias de falta.

Dois deputados, em consequência, perderam o mandato: Felipe Cheidde (SP) e Mário Boucardet (MG) — uma punição nunca antes aplicada nesses casos. Outro deputado, Gustavo de Faria (RJ), acusado de gestão irregular no Instituto de Previdência dos Congressistas, renunciou para evitar uma cassação.